

PORTUGUÊS

Leia a tirinha para responder as questões de 01 a 03:



QUESTÃO 01

No primeiro quadrinho, a palavra ideias aparece acentuada, pois a tirinha foi produzida antes da reforma ortográfica. De acordo com as novas regras de acentuação, marque o item em que há erro na acentuação da palavra:

- A) O pêlo do gato era macio e brilhante;
- B) A pressa é a paranoia do século;
- C) Muitos creem que o dinheiro é o remédio para todos os males;
- D) Eu averiguo sempre meus atos, para não cometer erros;
- E) Ela para para cumprimentar o público.

QUESTÃO 02

No terceiro quadrinho “Não seria maravilhoso **se** as bibliotecas fossem mais importantes do que os bancos?”

A palavra grifada exerce função morfológica de:

- A) Pronome apassivador;
- B) Pronome reflexivo;
- C) Conjunção subordinada adverbial condicional;
- D) Conjunção integrante;
- E) Pronome reflexivo.

QUESTÃO 03

Os verbos **apreciar** (**apreciem**), no segundo quadrinho, e **ser** (**seria**), no terceiro quadrinho, aparecem, respectivamente, conjugados no tempo e modo:

- A) Pretérito perfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo;
- B) Presente do subjuntivo e futuro do pretérito do indicativo;
- C) Presente do subjuntivo e futuro do subjuntivo;
- D) Pretérito perfeito do subjuntivo e futuro do indicativo;
- E) Pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo.

QUESTÃO 04

Marque o item em que há desvio da norma padrão:

- A) “Foi um dos poucos no seu tempo que reconheceu a originalidade e importância da literatura brasileira.” (Júlio Ribeiro);
- B) Batiam oito horas quando ela abriu a janela do quarto;
- C) O respeito aos pais é importante, mas nem todos têm obedecido este preceito;
- D) Os pintores não trouxeram o quadro consigo;
- E) Entregar-te-ei o convite pessoalmente.

QUESTÃO 05

Assinale a opção em que há erro na separação silábica de algum vocábulo:

- A) Ab-rup-te-la, guer-ra, ca-a-tin-ga;
- B) Tugs-tê-nio, felds-pa-to, cons-ci-en-te;
- C) Bi-sa-vó, trans-a-flân-ti-co, cis-pla-tino;
- D) Cons-pi-ra-ção, ru-a, á-gua;
- E) Gno-mo, sub-li-nhar, sub-lo-car.

ANOTAÇÕES

RACIOCÍNIO LÓGICO**QUESTÃO 06**

Uma urna possui 5 bolas, sendo 2 amarelas e 3 verdes. A chance de retirar uma bola dessa urna e ela ser verde é:

- A) 0,2;
- B) 0,3;
- C) 0,4;
- D) 0,5;
- E) 0,6.

QUESTÃO 07

A quantidade de números múltiplos de 5 que existem entre 100 e 1000 é.

- A) 144;
- B) 162;
- C) 180;
- D) 360;
- E) 380.

QUESTÃO 08

A diagonal de um quadrado mede 6cm. O perímetro desse quadrado mede:

- A) $12\sqrt{2}$ cm²;
- B) $20\sqrt{2}$ cm²;
- C) $22\sqrt{2}$ cm²;
- D) 24 cm²;
- E) 36 cm².

QUESTÃO 09

A soma dos 20 primeiros termos da sequência: (1, 3, 5, 7, 9 ...) é igual a:

- A) 200;
- B) 281;
- C) 329;
- D) 400;
- E) 421.

QUESTÃO 10

Se o lado de um quadrado de um quadrado for triplicado podemos dizer que a razão entre as áreas do menor e do maior quadrado é:

- A) 1/3;
- B) 1/6;
- C) 1/9;
- D) 1/12;
- E) 1/15.

ATUALIDADES**QUESTÃO 11**

Teve início no mês de agosto de 2012, no Brasil, um dos julgamentos mais aguardados do país. O esquema, considerado pelo Procurador Geral da República o mais atrevido e escandaloso esquema de corrupção e desvio de dinheiro público deflagrado no Brasil, ficou conhecido como "Mensalão". Assinale a alternativa que indica o Tribunal do país responsável pelo julgamento do "Mensalão":

- A) Superior Tribunal de Justiça – STJ;
- B) Superior Tribunal Militar – STM;
- C) Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- D) Tribunal Superior do Trabalho – TST;
- E) Supremo Tribunal Federal – STF.

QUESTÃO 12

Aponte a alternativa que indica corretamente o nome do atual Vice-Governador do Estado do Ceará:

- A) Domingos Gomes de Aguiar Filho;
- B) Cid Ferreira Gomes;
- C) Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra;
- D) Lúcio Gonçalves de Alcântara;
- E) Ciro Ferreira Gomes.

QUESTÃO 13

Os eventos esportivos mundiais trazem boas expectativas para a Economia dos países-sede. Contudo, o país que sediou as Olimpíadas de 2012, teve às vésperas da abertura dos Jogos Olímpicos queda de 0,7% na Economia, entre abril e junho, segundo o Escritório Nacional de Estatísticas local (Fonte: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC). Indique a opção que informa corretamente o País que sediou os Jogos Olímpicos de 2012:

- A) Alemanha;
- B) Inglaterra;
- C) Londres;
- D) França;
- E) Brasil.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa que demonstra corretamente o nome dos atuais Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no Brasil, respectivamente:

- A) José Sarney e Aloísio Mercadante;
- B) Álvaro Dias e José Sarney;
- C) Pedro Taques e José Sarney;
- D) José Sarney e Marcos Valério;
- E) Marco Maia e José Sarney.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que indica corretamente o nome do atual Presidente da França:

- A) François Mitterrand;
- B) François Hollande;
- C) Silvio Berlusconi;
- D) Nicolas Sarkozy;
- E) Jacques Chirac.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 16**

Assinale a alternativa que indica corretamente os princípios basilares da Administração Pública expressos na Constituição Federal de 1988:

- A) Legalidade, Moralidade, Razoabilidade, Proporcionalidade, Eficiência e Impessoalidade;
- B) Moralidade, Publicidade, Legalidade, Razoabilidade, Impessoalidade e Segurança Jurídica;
- C) Autotutela, Legalidade, Eficiência, Moralidade e Indisponibilidade;
- D) Legalidade, Publicidade, Eficiência, Moralidade e Impessoalidade;
- E) Segurança Jurídica, Supremacia do Interesse Público, Legalidade, Moralidade e Razoabilidade.

QUESTÃO 17

Sobre os Princípios que orientam a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- A) O Princípio da Proporcionalidade está expresso no texto constitucional, confundindo-se com outro princípio expresso intitulado de razoabilidade;
- B) O Princípio da Moralidade é princípio oculto, contudo reconhecido pela sua importância para a Administração Pública e sua atuação;
- C) O Princípio da Legalidade está expresso na Constituição Federal de 1988 e significa que toda e qualquer atividade da Administração Pública deve ser pautada na lei;
- D) O Princípio da Autotutela não está expresso na Constituição Federal de 1988, contudo é considerado o princípio mais importante na atuação da Administração Pública;
- E) O Princípio da Razoabilidade, conforme expressa a Constituição Federal de 1988, significa que a razão deve sempre prevalecer sobre a emoção na atuação da Administração Pública.

QUESTÃO 18

Sobre os Poderes e Deveres dos Administradores Públicos, assinale a alternativa incorreta:

- A) O poder administrativo representa uma prerrogativa especial de direito público outorgada aos agentes do Estado;
- B) A utilização do poder por parte dos administradores públicos deve sempre observar os limites da lei, sob pena da configuração de abuso de poder;
- C) O poder de agir, na realidade, é um poder-dever pelo qual se evita a inércia e se impõe o exercício das atividades fins a que se destina a Administração Pública;
- D) O abuso de poder significa basicamente condutas do administrador público fora dos objetivos expressos ou implícitos previstos na lei;
- E) Um dos poderes do administrador público é o poder de agir, único poder que o administrador não se vincula em virtude da sua faculdade de decidir utilizá-lo ou não.

QUESTÃO 19

Considere as afirmativas sobre os poderes e deveres dos Administradores Públicos e assinale a alternativa correta:

- I. Não cometer favorecimento nem nepotismo, optando sempre pelo que melhor servir à Administração é característica presente no Dever de Probidade;
- II. Ao administrador público cabe o encargo da gestão de bens e interesses da coletividade, decorrendo disso o Dever de Prestar Contas;
- III. O Poder Discricionário traz a prerrogativa de valoração por parte do administrador público nas suas condutas em prol do interesse público, e por este motivo não se limita à lei;
- IV. O Poder Regulamentar traz a prerrogativa à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis, substituí-las ou alterá-las.

Pode-se afirmar que:

- A) Os itens I e II são falsos;
- B) Apenas os itens I e IV são verdadeiros;
- C) Os itens I, III e IV são falsos;
- D) Apenas os itens I e III são verdadeiros;
- E) Os itens I e II são verdadeiros.

QUESTÃO 20

A Administração Pública deve sempre dispensar tratamento igual aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica, evitando favorecimentos de alguns indivíduos em detrimento de outros. Esta afirmativa define bem o significado de um dos princípios basilares da Administração Pública. Assinale a alternativa que indica corretamente o nome do referido Princípio:

- A) Legalidade;
- B) Eficiência;
- C) Publicidade;
- D) Impessoalidade;
- E) Supremacia do Interesse Público.

QUESTÃO 21

Tomando por base os Atos Administrativos assinale a alternativa incorreta:

- A) Ofícios não são atos administrativos, apenas são documentos de utilização na rotina administrativa previstos na Redação Oficial;
- B) Certidões, Atestados e Declarações são atos enunciativos que expressam a existência de certo fato jurídico;
- C) A Licença, ato administrativo vinculado, é o meio pelo qual a Administração Pública confere consentimento para o interessado desempenhar determinada atividade;
- D) A permissão e a autorização possuem em suas características, enquanto atos administrativos, a discricionariedade e a precariedade;
- E) São atos administrativos os Despachos, abrangendo intervenções rotineiras dos agentes públicos e manifestações de vontade de caráter decisório.

QUESTÃO 22

Com relação à invalidação (anulação) dos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- A) A anulação do ato administrativo se relaciona diretamente com a sua revogação, não havendo distinção entre os referidos instrumentos jurídicos;
- B) A anulação do ato administrativo deve ser obrigatoriamente precedida de sua revogação pela Administração Pública, sob pena de não invalidar o ato;
- C) A anulação do ato administrativo significa sua extinção natural do mundo jurídico porque cumpriu normalmente seus efeitos;
- D) Revogar um ato administrativo pressupõe análise, por parte do administrador público, das razões de conveniência e oportunidade que envolvem o ato;
- E) Todo ato anulado implica na sua revogação por parte do administrador público que diante da anulação se obriga a revogá-lo.

QUESTÃO 23

Considere os itens referentes aos princípios regedores dos serviços públicos, e marque a alternativa correta:

- I. O Princípio da Modicidade significa que os serviços devem ser remunerados a preços cômodos para o prestador do serviço, seja público ou privado;
- II. A exigência de que a Administração Pública preste e execute os serviços públicos da forma mais proveitosa e com menor dispêndio se deve ao Princípio da Eficiência;
- III. O Princípio da Continuidade significa que os serviços públicos não devem sofrer interrupção, evitando, assim, que a paralisação dos serviços prejudique as atividades dos administrados;
- IV. Evitar que o lucro da Administração Pública, em virtude da remuneração dos serviços públicos prestados, ocorra em detrimento financeiro dos seus beneficiários é finalidade do Princípio da Modicidade.

Pode-se afirmar que:

- A) O item I é verdadeiro.
- B) Apenas o item III é falso.
- C) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- E) Os itens II, III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 24

O Administrador Público de determinado Ente publica no Diário Oficial um ato administrativo X. No decorrer do tempo o administrador público percebe que o ato X possui um vício de legalidade, porque infringe a lei local em vigor, decidindo invalidá-lo por meio de um novo ato administrativo Y. Assinale a alternativa que corresponde corretamente ao tipo de invalidação do ato administrativo X que o administrador público realizou no presente exemplo:

- A) Anulação do ato administrativo;
- B) Cassação do ato administrativo;
- C) Revogação do ato administrativo;
- D) Desconsideração do ato administrativo;
- E) Convalidação do ato administrativo.

QUESTÃO 25

Sobre os agentes públicos qualificados como servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Na classificação dos servidores públicos, conforme se depreende do próprio texto da Constituição Federal de 1988, existem dois ramos básicos de funções por eles exercidas: a civil e a militar;
- B) Os servidores públicos civis, diferentemente do tratamento constitucional dados aos servidores militares, possuem suas regras apenas na lei infraconstitucional;
- C) Não há distinção entre servidores civis e servidores militares, pois ambos são servidores e agentes públicos, sendo o referido fato comprovado pelo próprio texto constitucional que conferiu tratamento para ambos nos mesmos artigos;
- D) Dentre os servidores militares, há o grupo dos militares dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e Territórios, bem como dos militares das Forças Armadas integrantes da União;
- E) São considerados agentes públicos os servidores públicos civis e agentes políticos todos os servidores públicos militares.

QUESTÃO 26

Sobre a Autotutela assinale a alternativa correta:

- A) A Autotutela é um princípio administrativo, explícito na Constituição Federal de 1988, que significa que a Administração Pública pode rever seus próprios atos;
- B) A Autotutela é um princípio administrativo que confere à Administração Pública a possibilidade de realizar a revisão dos seus atos, alcançando apenas os aspectos de legalidade do ato;
- C) O princípio administrativo da Autotutela confere à Administração pública a possibilidade de realizar o controle de seus próprios atos, apreciando-os somente quanto ao mérito do ato;
- D) A revogação e a anulação dos atos administrativos correspondem, na prática, exemplos de efetivação do princípio da Autotutela, consagrado na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal;
- E) O princípio da autotutela, pela sua característica ampla de revisão dos atos administrativos, não comporta limitação para a sua aplicação por parte do administrador público.

QUESTÃO 27

Inserir-se na atuação da Administração Pública conceitos, definições e regras referentes aos Contratos Administrativos. Sobre estes, assinale a alternativa incorreta:

- A) Contratos administrativos são em suma atos jurídicos, ou seja, são atos administrativos na medida em que estes possuem as mesmas características dos contratos e são manifestações de vontade que partem da Administração Pública;
- B) O contrato administrativo é ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular, regulado pelo direito público;
- C) A bilateralidade é característica que reveste os contratos administrativos, além da comutatividade que confere equivalência entre as obrigações ajustas e conhecidas antecipadamente;
- D) Uma das características presentes nos contratos administrativos é o formalismo, pois o consenso entre as partes não é suficiente, sendo necessário observar outros requisitos internos e externos;
- E) Nos contratos administrativos deverá ser contratada atividade que vá ao encontro do interesse público, não se admitindo objetivo diverso na atividade da Administração Pública.

QUESTÃO 28

Tomando por base as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- A) A prorrogação de prazo dos contratos ocorrerá automaticamente sem necessidade de justificativa, bastando a autorização da autoridade competente para celebrar o contrato;
- B) É possível o contrato com prazo de vigência indeterminado, desde que justificado previamente e autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato;
- C) Toda prorrogação de prazo dos contratos deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato;
- D) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, salvo nos contratos celebrados para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua;
- E) A duração dos contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sem exceção quanto a prorrogação.

QUESTÃO 29

Com relação às regras de formalização dos contratos previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- A) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, sendo facultado fazer constar do contrato o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade;
- B) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, sendo facultado fazer constar a sujeição dos contratantes às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais visto que esta sujeição é implícita;
- C) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais;
- D) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, sendo as demais informações registradas na medida da discricionariedade do administrador público;
- E) Todo contrato deve mencionar, em letras destacadas, os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que aponta corretamente modalidades de Poderes Administrativos:

- A) Poder Discricionário, Poder de Polícia e Poder de Eficiência;
- B) Poder Regulamentar, Poder de Polícia e Poder Discricionário;
- C) Poder de Proibição, Poder Discricionário e Poder de Eficiência;
- D) Poder de prestar contas, Poder Regulamentar e Poder de Polícia;
- E) Poder de Prestar Contas, Poder de Proibição e Poder de eficiência.

QUESTÃO 31

A atividade do Estado é realizada por meio dos agentes públicos, seus prepostos. Sobre estes agentes, assinale a alternativa correta:

- A) A expressão agente público significa o mesmo que servidor público, pois este é o único grupo de agentes públicos com características suficientes para a classificação como agentes prepostos da atuação do Estado;
- B) Os agentes políticos não são considerados agentes públicos em virtude da sua atribuição de executar as diretrizes traçadas pelo Poder Público e não funções especiais que podem se qualificar como públicas;
- C) Servidores públicos e agentes políticos são agentes públicos que, apesar de possuírem denominações distintas, não trazem diferenças quanto as suas características e atuação;
- D) Os servidores públicos também são chamados de agentes administrativos, funcionários públicos e empregados públicos, visto que assim são tratados sem distinção e expressamente no texto constitucional;
- E) Os agentes particulares em colaboração com o Poder Público são considerados agentes públicos por exercerem verdadeiro *munus* público, ou seja, sujeitam-se a encargos em prol da coletividade e exercem, em alguns casos, suas funções de forma transitória e não remunerada.

QUESTÃO 32

No período de eleições várias pessoas são convocadas pela Justiça Eleitoral para exercerem as funções de mesário. Considerando a classificação dos agentes públicos, pode-se afirmar que o mesário é:

- A) Agente Político.
- B) Agente Administrativo.
- C) Servidor Público.
- D) Agente Particular em colaboração com o Poder Público.
- E) Empregado Público.

QUESTÃO 33

A constituição Federal de 1988 versa sobre direitos e deveres individuais e coletivos, no seu Art. 5º. Tomando por base os referidos direitos e deveres, assinale a alternativa incorreta:

- A) É inviolável a liberdade de consciência e de crença;
- B) É vedada associação de caráter paramilitar;
- C) É permitido o juízo ou tribunal de exceção em caso de guerra declarada;
- D) São invioláveis a intimidade, o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas;
- E) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa que indica corretamente o Poder do Administrador Público que o concede a prerrogativa de eleger, entre várias condutas possíveis de se efetivar, aquela que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público:

- A) Poder de Polícia;
- B) Poder Discricionário;
- C) Poder de Probidade;
- D) Poder Regulamentar;
- E) Poder Disciplinar.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa que indica corretamente a classificação típica do servidor público que possui relação jurídica de trabalho disciplinada por diplomas legais específicos denominados de estatutos:

- A) Servidores públicos temporários;
- B) Servidores públicos estatutários;
- C) Servidores públicos celetistas;
- D) Servidores públicos em regime de emprego público;
- E) Servidores públicos trabalhistas.

QUESTÃO 36

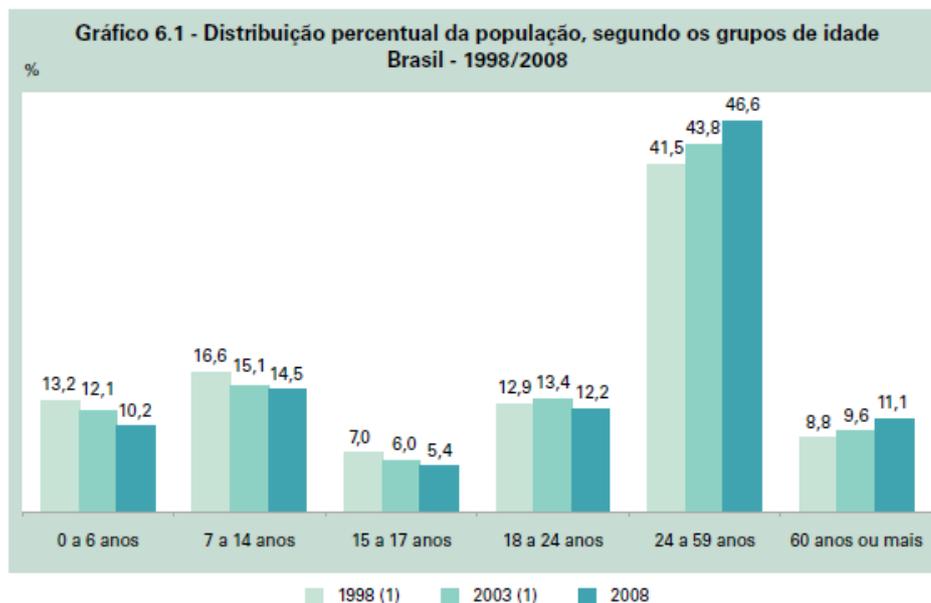
Com relação à classificação dos cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Todo cargo isolado é efetivo;
- B) O cargo efetivo pode ser isolado ou de carreira;
- C) Todo cargo vitalício é também comissionado;
- D) O cargo comissionado pode ser isolado ou de carreira;
- E) Todo cargo efetivo é também comissionado.

ANOTAÇÕES

QUESTÃO 37

A redução paulatina do nível de pobreza que vem ocorrendo na segunda metade da presente década pode ser, também, constatada nas famílias com crianças e adolescentes, embora tais famílias continuem a ser mais pobres que a média das famílias do Brasil. A porcentagem de famílias com pessoas até 17 anos que vivia com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* passou de 45,0% para 37,7%, entre 1998 e 2008. (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2008.
(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A) Assegurar a efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente é dever do Poder Público e na omissão deste a obrigação automaticamente é repassada para a comunidade;
- B) Assegurar a efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente é dever do Poder Público e da família, passando esta obrigação para a sociedade em geral nos casos de omissão daqueles;
- C) Assegurar a efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente é dever exclusivo do Poder Público, devendo a família e a comunidade cobrar a referida obrigação;
- D) Assegurar a efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público, com absoluta prioridade;
- E) Assegurar a efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente é dever da família e da comunidade, cabendo ao Poder Público fiscalizá-los.

QUESTÃO 38

Referente aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) A pena de morte é permitida em caso de guerra declarada;
- B) A pena de caráter perpétuo é permitida em caso de guerra declarada;
- C) A pena de trabalhos forçados é permitida em caso de guerra declarada;
- D) A pena de banimento é permitida em caso de guerra declarada;
- E) A pena de caráter perpétuo pode ser substituída pela pena de morte em caso de guerra declarada.

QUESTÃO 39

Com relação às normas voltadas para Administração Pública preconizadas pela Constituição Federal de 1988, no seu Art. 37, assinale a alternativa correta:

- A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo nos casos previstos em lei;
- B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto se houver compatibilidade de horário para ocupar quaisquer cargos;
- C) É vedada a acumulação de cargos públicos, exceto empregos e funções abrangidos por autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
- D) É permitido acumular dois cargos públicos de professor, independente de haver compatibilidade de horário;
- E) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, sendo possível acumular dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico ou, ainda, dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

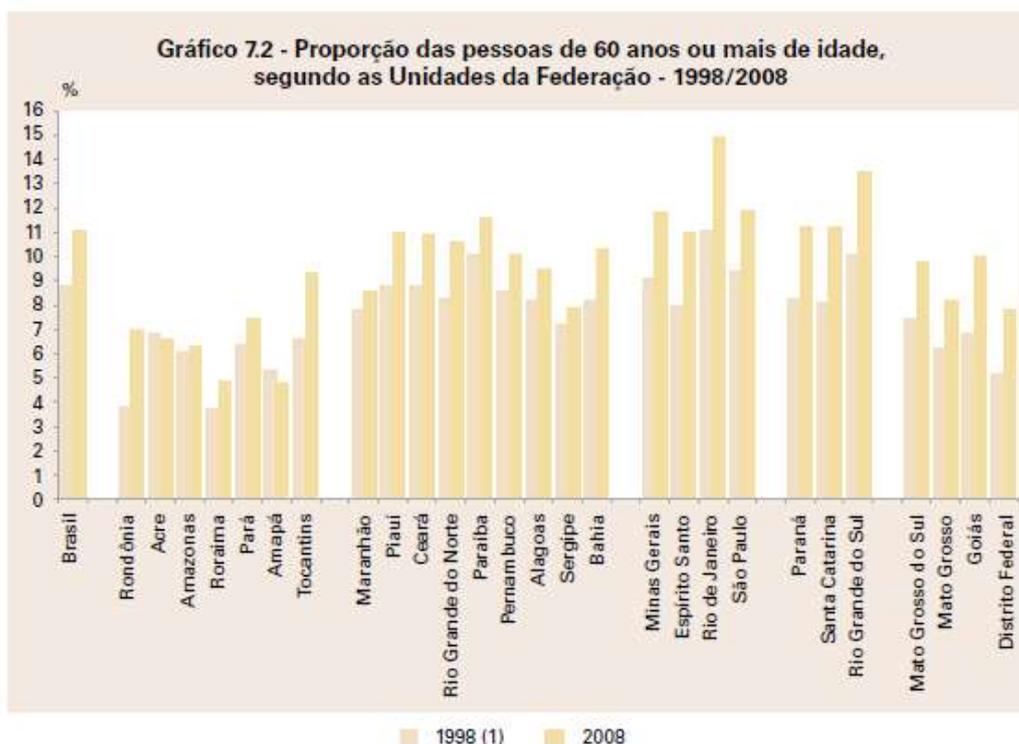
QUESTÃO 40

De acordo com o Art. 227, §3º, da Constituição Federal de 1988, o direito a proteção especial abrangerá alguns aspectos importantes. Assinale a alternativa que não corresponde a um dos aspectos previstos no rol do referido dispositivo constitucional:

- A) Garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;
- B) Estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, exceto os órfãos ou abandonados;
- C) Garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- D) Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem, dependente de entorpecentes e drogas afins;
- E) Obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

QUESTÃO 41

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 – PNAD 2009, registrou que, A proporção de idosos, entre 1998 e 2008, aumentou de 8,8% para 11,1%. O Rio de Janeiro (14,9%) e Rio Grande do Sul (13,5 %) continuam sendo os estados com maior proporção de idosos. Em 1998, eram, junto com a Paraíba, os únicos estados onde os idosos representavam mais de 10,0% da população. Atualmente, todos os estados do Sudeste e Sul, assim como a maioria do Nordeste já alcançaram esta proporção. O PNAD 2009 registra, ainda, que o quadro apresentado demonstra claramente que o envelhecimento da população brasileira se constitui numa evidência demográfica, e que este novo paradigma está em curso merecendo estudos e políticas públicas específicas adequadas ao novo perfil etário.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2008.
 (1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

De acordo com o Art. 230, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) A família tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, cabendo ao Estado garantir-lhes o direito à vida na omissão da família;
- B) O Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, devendo a família e a sociedade fiscalizar a atuação do Estado;
- C) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;
- D) A família e a sociedade têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, cabendo ao Estado fiscalizar a atuação da família e da sociedade, punindo se for o caso;
- E) A família e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, sendo facultado à sociedade prestar o referido amparo.

QUESTÃO 42

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2009, oriunda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, O Terceiro Milênio se inicia no Brasil com grandes mudanças na vida familiar ocasionadas pela queda da fecundidade que, nos últimos 40 anos, reduziu significativamente o tamanho das famílias, gerando famílias mais verticalizadas, com poucos parentes de primeiro e segundo graus. Aspectos como a postergação da nupcialidade, o aumento das famílias monoparentais, a diminuição da disponibilidade de tempo e o excesso de individualismo, geram mudanças nas relações no interior das famílias, resultando em laços cada vez mais frágeis e menos solidários. Sobre o dever de assistência entre os membros da família, previsto no Art. 229, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, sendo facultado aos filhos maiores ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade;
- B) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, exceto nos casos de carência ou enfermidade que o amparo é de responsabilidade do Estado;
- C) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores, se residirem em conjunto com os pais, têm o dever de ajudar e ampará-los na velhice, carência ou enfermidade;
- D) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade;
- E) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos, independente da idade, e os filhos têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

ANOTAÇÕES

QUESTÃO 43

De acordo com o Art. 144, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- B) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia rodoviária estadual, polícia ferroviária federal, e corpos de bombeiros militares;
- C) A segurança pública, dever do Estado, responsabilidade deste e direito de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal, sendo responsabilidade das polícias civis e polícias militares a preservação do patrimônio;
- D) A segurança pública, dever do Estado, responsabilidade deste e direito de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos de segurança definidos em lei específica;
- E) A segurança pública, dever do Estado, responsabilidade deste e direito de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares, corpos de bombeiros militares e Forças Armadas constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

QUESTÃO 44

De acordo com as regras expressas para a Segurança Pública previstas no Capítulo III (Da Segurança Pública), do Título V (Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas) da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- A) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- B) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;
- C) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;
- D) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- E) Às guardas municipais constituídas pelos municípios cabem as ações de defesa civil, conforme dispuser a lei.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa que indica corretamente a modalidade de prisão disciplinada em lei específica e pautada em medida voltada para a Investigação, sendo imprescindível para o inquérito policial:

- A) Prisão Preventiva;
- B) Prisão temporária;
- C) Prisão Administrativa;
- D) Prisão em Flagrante;
- E) Prisão Provisória.

QUESTÃO 46

Segundo o Código Penal Brasileiro, é crime apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Assinale a alternativa que corresponde corretamente ao referido crime:

- A) Concussão;
- B) Estelionato;
- C) Peculato;
- D) Condescendência criminosa;
- E) Facilitação de contrabando ou descaminho.

QUESTÃO 47

Tomando por base o disposto expressamente no Art. 327, do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública;
- B) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais e processuais penais, quem, embora transitoriamente, exerce cargo ou função pública remunerada;
- C) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais e processuais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública gratificada;
- D) Considera-se funcionário público, para todos os efeitos, quem transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública na Administração direta, indireta autarquias e fundações públicas;
- E) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, transitoriamente e percebendo remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta, tomando por base o disposto no Capítulo I (Dos Crimes praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral), do Título XI (Dos Crimes contra a Administração Pública), do Código Penal Brasileiro:

- A) É considerada contravenção penal a Inserção de dados falsos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano;
- B) O crime de Concussão está tipificado no Código Penal como sendo o ato de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
- C) O abandono de função não é crime tipificado no Código Penal, apenas infração disciplinar que será apurada mediante processo administrativo disciplinar pela própria Administração Pública;
- D) Violação de sigilo funcional ou Violação do sigilo de proposta de concorrência são crimes contra a Administração Pública que o Código conferiu o mesmo tipo legal;
- E) O crime de Prevaricação está tipificado no Código Penal como sendo o ato de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa que indica corretamente a prisão que ocorre no calor dos acontecimentos e que qualquer do povo pode efetuar-la, mas o agente ou autoridade policial tem o dever de efetuar-la, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, civilmente ou até penalmente:

- A) Prisão Preventiva;
- B) Prisão Temporária;
- C) Prisão Administrativa;
- D) Prisão em Flagrante;
- E) Prisão Provisória.

QUESTÃO 50

Sobre o abuso de autoridade tratado na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta:

- A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado à liberdade de locomoção;
- B) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei constitui abuso de autoridade;
- C) O abuso de autoridade sujeitará imediatamente o seu autor à sanção civil e administrativa, e após estas à sanção penal;
- D) Considera-se autoridade, para os efeitos da lei 4.898/65, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração;
- E) Qualquer atentado ao livre exercício do culto religioso constitui abuso de autoridade.